

Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e à Diretoria da
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas (suporte financeiro e transações)

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e nº 9 às demonstrações financeiras, a Sociedade tem recebido suporte financeiro de partes relacionadas por meio de empréstimos, em condições negociadas entre as partes, que visa fazer face aos passivos assumidos, bem como manter saldos e transações de compra e venda com partes relacionadas com base em termos e condições negociados entre as partes envolvidas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2021

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Daniel Augusto Reis

Daniel Augusto Reis
Contador
CRC nº 1 SP 254522/O-0

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	81.564	70.970	Empréstimos e financiamentos	11	193.725	240.359
Contas a receber de clientes	5	91.088	8.463	Fornecedores	12	94.991	71.583
Estoques	6	89.912	184.448	Obrigações tributárias		1.408	1.213
Impostos a recuperar	7	22.943	24.645	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	20.690	11.252
Despesas antecipadas		909	3.590	Adiantamentos de clientes		37.794	30
Outros créditos		<u>11.393</u>	<u>1.455</u>	Passivo de arrendamento - Direito de uso	21	12.395	7.033
		<u>297.809</u>	<u>293.571</u>	Outras obrigações		<u>12.949</u>	<u>8.552</u>
						<u>373.952</u>	<u>340.022</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes	5	34.215	546	Empréstimos e financiamentos	11	7.200	17.296
Impostos a recuperar	7	707	550	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	10.046	13.463
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	20.865	21.913	Passivo de arrendamento - Direito de uso	21	53.211	21.062
Depósitos judiciais	14	9.596	8.928	Outras obrigações		<u>180</u>	<u>497</u>
Outros créditos		1.000	1.000			<u>70.637</u>	<u>52.318</u>
Direito de uso de bens arrendados	21	64.634	28.111	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	10	<u>59.955</u>	<u>76.902</u>	Capital social	15.1	87.707	87.707
		<u>190.972</u>	<u>137.950</u>	Ajuste de avaliação patrimonial	15.2	989	1.162
				Prejuízos acumulados		<u>(44.504)</u>	<u>(49.688)</u>
						<u>44.192</u>	<u>39.181</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>488.781</u></u>	<u><u>431.521</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>488.781</u></u>	<u><u>431.521</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	16	687.536	418.323
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	19	(615.833)	(417.661)
LUCRO BRUTO		<u>71.703</u>	<u>662</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Com vendas	19	(26.469)	(14.519)
Gerais e administrativas	19	(14.874)	(14.239)
Honorários da Administração	19	(3.722)	(4.136)
Outras despesas operacionais, líquidas	20	(8.051)	(8.168)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		<u>18.587</u>	<u>(40.400)</u>
Receitas financeiras	17	2.951	996
Despesas financeiras	17	(14.299)	(13.283)
Variação cambial, líquida	18	435	(816)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>7.674</u>	<u>(53.503)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	8.1	(1.615)	-
Diferidos	8.1	(1.048)	7.416
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>5.011</u>	<u>(46.087)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - R\$	15.3	<u>0,10369</u>	<u>(0,95368)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	5.011	(46.087)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>5.011</u>	<u>(46.087)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019		87.707	1.340	(3.764)	85.283
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		-	(178)	178	-
Baixa de ativos sujeitos ao custo atribuído		-	-	(15)	(15)
Prejuízo do exercício		-	-	(46.087)	(46.087)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>87.707</u>	<u>1.162</u>	<u>(49.688)</u>	<u>39.181</u>
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		-	(173)	173	-
Lucro do exercício		-	-	5.011	5.011
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>87.707</u>	<u>989</u>	<u>(44.504)</u>	<u>44.192</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		5.011	(46.087)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	10.2	7.494	9.471
Amortização de Direito de Uso	21	15.766	7.093
Baixas de direito de uso	21	-	129
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	2.663	(7.416)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11	10.006	11.060
Juros sobre passivos de arrendamento	21	2.711	1.489
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	10	142	627
Reversão de provisão para perdas nos estoques	6	1.685	1.158
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	11	(341)	779
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida de reversões	14	(3.417)	2.087
Outros		(1.352)	(341)
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes		(116.294)	17.587
Estoques		113.525	(36.153)
Impostos a recuperar		1.545	(2.601)
Depósitos judiciais		(668)	(2.450)
Outros créditos e demais contas		(7.258)	(3.370)
(Redução) aumento nos passivos:			
Fornecedores		23.408	(22.837)
Adiantamentos de clientes		37.764	13
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		9.438	(9.847)
Outras obrigações e demais contas		4.275	1.234
Caixa gerado pelas operações		106.103	(78.375)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.615)	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	21	(411)	(488)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	11	(13.276)	(7.157)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>90.801</u>	<u>(86.020)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	10	(9.689)	(6.743)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(9.689)</u>	<u>(6.743)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações de empréstimos e financiamentos	11	209.566	257.344
Amortizações de passivos de arrendamento - principal	21	(17.399)	(7.719)
Amortizações de empréstimos e financiamentos - principal	11	(262.685)	(104.004)
Caixa (aplicado nas) gerados pelas atividades de financiamento		(70.518)	145.621
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>10.594</u>	<u>52.858</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		70.970	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		81.564	70.970
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>10.594</u>	<u>52.858</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Disposições gerais

A Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16 de setembro de 2014, com sede na Rua Dez, s/n, Sítio São João, Jardim São Camilo, na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo.

Suas atividades produtivas tiveram início em 1º de maio de 2015 e consistem na fabricação, usinagem, montagem, remodelagem, reparo, distribuição ou venda de quaisquer tipos de equipamentos ferroviários, bem como na importação e exportação.

A gestão da empresa é feita de modo compartilhado composta por dois sócios, sendo eles; Greenbrier do Brasil Participações Ltda. com 60% de participação, e Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. com 40% de participação.

1.2. Plano operacional e ações implementadas pela Administração da Companhia

No ano de 2020 os mercados foram impactados pela pandemia da Covid-19, levando a suspensão temporária das atividades das empresas, indisponibilidade de matéria prima, além dos aumentos dos preços dos materiais.

Neste período de pandemia a Companhia investiu fortemente nas ações de controle, prevenção e comunicação para assegurar a saúde dos seus colaboradores e familiares, sendo apurado um número extremamente baixo de contaminados, os quais foram acompanhados e dado o todo suporte necessário para recuperação, não houve nenhuma vítima fatal no quadro de colaboradores.

Mesmo com os desafios e dificuldades deste período a empresa superou os resultados do plano operacional de 2020, houve um aumento de 3% no faturamento líquido, o lucro líquido foi 201,6% acima do plano e 1.924 vagões foram faturados em 2020.

Houve um aumento de 23,8% na produção de vagões em 2020 comparado com o ano de 2019, não sendo necessário o aumento do quadro de mão de obra, pois a automatização dos processos, padronização dos vagões e redução da quantidade de itens por vagão auxiliaram no ganho de eficiência e produtividade.

Um dos pilares para melhora do resultado da Companhia foi a gestão do capital; ações das áreas de vendas; planejamento de materiais; entre outras ações que contribuíram com a melhoria da geração de caixa da empresa.

No ano de 2020 a redução dos estoques foi de R\$94,5 milhões, a redução da dívida total da empresa foi de R\$67,3 milhões (36,1% de redução em comparação com 2019).

Destaca-se a consolidação do negócio de serviços ferroviários para revisão, manutenção, reforma e transformação de vagões ferroviários de cargas, permitindo a melhor distribuição e absorção da mão de obra produtiva, além de atender a demanda do mercado.

Desde que as ferrovias foram concedidas à iniciativa privada (1996), o transporte ferroviário de carga tem sofrido uma profunda transformação, onde as operadoras ferroviárias ampliaram significativamente o volume transportado, tendo por exemplo, em 2019 o transporte de 494 milhões de toneladas úteis (TU), 95% a mais desde 1997. Até outubro de 2020, a ferrovia já havia transportado 405 milhões de toneladas úteis (TU).

As ferrovias brasileiras também ganharam eficiência no período de concessão, demonstrando que o modal é adequado ao transporte de cargas de grande volume, como minério, produtos agrícolas, siderúrgicos e carga geral, sendo extremamente competitivo e adaptável a todas as regiões do Brasil. Ambientalmente equilibrados, os trens de carga são tidos como o melhor custo-benefício energético para países de grandes dimensões.

Em 2020, o ano se encerrou com as renovações antecipadas das ferrovias Malha Paulista (Rumo), Carajás e Vitória-Minas (Vale).

O planejamento do Ministério da Infraestrutura, através do PPI (Programa de Parceria de Investimentos), prevê a operação total da Ferrovia Norte-Sul (FNS) já no início de 2021, sendo a Rumo a vencedora do leilão. O ministério prevê também a renovação antecipada da MRS e VLI para o segundo semestre de 2021, além das concessões da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), com leilão previsto para abril de 2021 e da Ferrogrão com leilão previsto para 2º trimestre de 2021. A construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), prevista para ser entregue em 2025, foi incluída como contrapartida pelo valor de outorga na prorrogação antecipada da EFVM (Vale).

Ao todo, os investimentos do governo na ferrovia serão de R\$69,3 bilhões, sendo R\$39,6 bilhões na renovação das concessões e R\$29,7 bilhões nas novas concessões.

Ademais, o Ministério da Infraestrutura prevê a expansão das ferrovias de 30.000 km para 35.000 km, além de duplicar a participação do modal de transporte ferroviário de 15% para 30%. Os investimentos nas concessões dos portos também otimizarão a conexão entre ferrovias e terminais.

A companhia se sente otimista com a renovação das concessões atuais e também com a possibilidade das novas concessões, prevendo um aumento no faturamento nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2020 a Sociedade possui capital circulante negativo de R\$76.143. A continuidade operacional depende de seus acionistas que são mantidos atualizados acerca dos resultados da Companhia e conferem suporte financeiro às suas operações com garantias e linhas de crédito, mantendo assim o compromisso de financiar as operações e prover o suporte financeiro necessário para o pagamento de suas obrigações, caso estas sejam necessárias. Com as medidas e os cenários apresentados, a Administração não identificou situações que possam afetar a continuidade operacional da Companhia.

Covid-19

O Covid-19 foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

Face ao cenário apresentado, a Companhia tem mantido monitorando constante sobre a evolução do tema e até o momento não há expectativa de impacto nas operações.

Também tem realizado o acompanhamento junto aos funcionários aos casos, tem efetuado campanhas de comunicação e conscientização além da assistência aos funcionários e sociedade.

No período crítico da pandemia a empresa realizou a suspensão do contrato de trabalho de parte dos funcionários, período este de setembro a novembro de 2020.

A empresa aderiu aos programas do governo durante a suspensão do contrato de trabalho, reduzindo o impacto nos seus resultados. Os funcionários da Companhia também foram beneficiados com os programas de auxílio.

Não houve aumento da inadimplência no contas a receber da Companhia e nem atraso aos fornecedores.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados bens do ativo imobilizado, que foram avaliados pelo custo atribuído e, quando aplicável, instrumentos financeiros mensurados por valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente ao IFRS16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente ao IAS 2) ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico em que opera.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

Áreas que envolveram estimativas e julgamentos estão sendo divulgadas como segue:

- Nota explicativa nº 5 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Nota explicativa nº 6 - Provisão para perdas nos estoques.
- Nota explicativa nº 8 - Imposto de renda e contribuição social.
- Nota explicativa nº 14 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
- Nota explicativa nº 21 - Gestão de riscos e instrumentos financeiros.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. IFRS novas e alteradas em vigor no exercício corrente

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência à IFRS 9 e IFRS 7.	Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de “hedge” para permitir a manutenção da contabilização de “hedge” para “hedges” afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de “hedge” ou instrumentos de “hedge” afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras
IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19.	Estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

3.2. Impacto da adoção inicial das outras normas IFRS novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, o Grupo adotou as alterações a seguir às Normas e Interpretações IFRS emitidas pelo IASB em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve nenhum impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Requerimento
Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS	O Grupo adotou as alterações incluídas nas Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS pela primeira vez no exercício corrente. As alterações incluem as alterações subsequentes às Normas afetadas de modo que elas se referem à nova Estrutura. Porém, nem todas as alterações, atualizam esses pronunciamentos com relação às referências e citações contidas na Estrutura de modo que elas se referem à Estrutura Conceitual revisada. Alguns pronunciamentos são atualizados apenas para indicar a qual versão da Estrutura eles se referem (a Estrutura do IASC adotada pelo IASB em 2001, a Estrutura do IASB de 2010, ou a nova Estrutura revisada de 2018) ou para indicar que as definições na Norma não foram atualizadas com as novas definições desenvolvidas na Estrutura Conceitual revisada. As Normas alteradas são IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, e SIC-32
Alterações à IFRS 3 – Definição de Negócios	O Grupo adotou as alterações à IFRS 3 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações esclarecem que ainda que os negócios normalmente apresentem outputs (“produtos”), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuem significativamente para a capacidade de criar produtos.
Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Definição de Material	O Grupo adotou as alterações à IAS 1 e IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição do que é material na IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do IFRS. O conceito de ‘ocultação’ de informações materiais com o conceito de informações imateriais foi incluído como parte da nova definição. O limite de materialidade que influencia os usuários foi alterado de ‘possível influência’ para ‘possível influência razoável’. A definição de material na IAS 8 foi substituída pela referência à definição de material na IAS 1. Adicionalmente, o IASB alterou outras Normas e a Estrutura Conceitual que contém uma definição de material ou faz referência ao termo ‘material’ para garantir consistência.

3.3. Adoção das IFRS novas e revisadas ainda não aplicáveis

O “International Accounting Standards Board - IASB” publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em 1º de janeiro de 2020.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture. As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Sem início de vigência definido.	A interpretação reflete a prática do que a Companhia vem adotando e suas práticas contábeis.
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes Vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato Vigência a partir de 1º de janeiro de 2022	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018–2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos, as partir de 1º de janeiro de 2022, exceto para IFRS 16, o qual ainda não tem data definida.	A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras

3.4. Demais políticas contábeis

a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Receita de vendas de produtos

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido, e quando há a transferência do controle ao comprador.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor.

b) Transações em moeda estrangeira

São convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras no encerramento de cada exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo for apurado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação e considerados de liquidez imediata ou conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Contas a receber de clientes e perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se o critério de perda esperada. Há uma análise da composição do contas a receber como um todo, adotando como critério o provisionamento de todos aqueles clientes cujas faturas não apresentem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros à Sociedade.

e) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia realiza estimativas para avaliação da provisão para perdas nos estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização dos estoques, com base na política definida pela Administração. A provisão para perdas nos estoques é constituída levando em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses, comparado com o saldo de estoques existentes no exercício. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de vendas futuras, uma provisão é constituída.

f) Imobilizado

f.1) Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

Peças de reposição de máquinas, necessárias à normalidade do funcionamento de bens do imobilizado e que resultem em aumento da vida útil do bem em período superior a 12 meses, são classificadas como imobilizado.

f.2) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção corrente no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

f.3) Depreciação

Calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais aproximadamente reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas com base nas vidas úteis estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados no encerramento de cada exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos posteriormente como mudança de estimativas contábeis.

g) Avaliação do valor recuperável - "impairment"

g.1) Ativo imobilizado

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo e o seu valor de uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), o qual para a Companhia foi considerada apenas uma UGC.

g.2) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

h) Provisões

h.1) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até o encerramento de cada exercício pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

i) Tributação

i.1) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na alíquota vigente no encerramento de cada exercício, sendo de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual), para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

i.2) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais.

j) Arrendamento

j.1) Arrendatário

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones).

Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o Grupo usa sua taxa incremental de captação.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial, e é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido.
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado.

A Companhia não efetuou esses ajustes durante os períodos apresentados. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, sendo a despesas registradas na linha competente a sua natureza “Custo dos produtos vendidos” / “Despesas Administrativas” / “Despesas Comerciais”, assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do passivo de arrendamento dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

Sempre que o Grupo assumir uma obrigação com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25).

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial. O Grupo aplica a IAS 36 (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada a Avaliação do valor recuperável - “impairment”.

Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. Os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa no período no qual o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos ocorre e são registrados na rubrica “Despesas Gerais e Administrativas” no resultado.

k) Instrumentos financeiros

k.1) Classificação e mensuração de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos devem ser subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo com base no modelo de negócios da Companhia para gestão de ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros.

k.2) Ativos financeiros

(i) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber de clientes” e “Outros créditos”.

(ii) Valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

k.3) Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

k.4) Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a CPC 38 requer um modelo de perdas de crédito esperadas em contrapartida a um modelo de perdas de crédito incorridas de acordo com a CPC 38 (IFRS 9). O modelo de perdas de crédito esperadas requer que a Companhia contabilize as perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. Em outras palavras, não é mais necessário que um evento de crédito ocorra antes que as perdas de crédito sejam reconhecidas.

Especificamente, a CPC 38 (IFRS9) requer que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber. Em particular, a CPC 38 (IFRS9) requer que a Companhia mensure a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à perda de crédito esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado. Porém, se o risco de crédito relacionado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (exceto para um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado), a Companhia deve mensurar a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A CPC 38 (IFRS9) requer ainda uma abordagem simplificada para a mensuração da provisão para perdas em um valor correspondente à PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento em determinadas circunstâncias.

Dentre os ativos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável, as contas a receber de clientes (vide nota explicativa nº 5). As atividades da Companhia estão organizadas no segmento ferroviário, sendo a grande maioria das suas contas a receber com poucos clientes e de adequada saúde financeira e, por esse motivo, a perda com recebíveis no exercício findo em 2020 não apresentou nenhuma variação. Logo, resultados da Companhia não apresentaram impactos relevantes na adoção do reconhecimento de perdas de crédito.

I) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados em:

- (i) Custo amortizado, representado por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

I.1) Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, e contas a pagar). A Companhia possui como passivos financeiros: contas a pagar, empréstimos e financiamentos. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

I.2) Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

- (i) Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	237	70.684
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>81.327</u>	<u>286</u>
Total	<u><u>81.564</u></u>	<u><u>70.970</u></u>

Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras mantidas pela Companhia são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, distribuídos em diversas instituições financeiras com remuneração de 97,02% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (89,07% em dezembro de 2019), e estão classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por possuírem prazo máximo de 90 dias para resgate da data da aplicação e serem consideradas ativos financeiros com garantia de resgate imediato, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Composição

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
No Brasil	125.556	9.196
Partes Relacionadas	225	291
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(478)	(478)
Total	125.303	9.009
Ativo circulante	91.088	8.463
Ativo não circulante (*)	34.215	546

Saldos por idade de vencimento

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer	125.097	7.997
Vencidos:	-	-
De 1 a 30 dias	9	379
De 31 a 60 dias	9	631
De 61 a 90 dias	9	-
De 91 a 180 dias	179	2
Acima de 181 dias	478	478
Total	125.781	9.487

Movimentação na perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo no início do exercício	(478)	(478)
Reversões	-	-
Adições	-	-
Saldo no fim do exercício	(478)	(478)

(*) Os saldos a receber do não circulante estão associados a venda de vagões.

6. ESTOQUES

Composição

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Produtos acabados	37.393	125.382
Produtos em elaboração	10.944	13.035
Matérias-primas	43.658	46.417
Materiais auxiliares	2.014	2.240
Importações em andamento	246	32
Provisão para perdas	(4.343)	(2.658)
Total	89.912	184.448

Movimentação na provisão para perdas

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo no início do exercício	(2.658)	(1.500)
Reversões	2.650	2.166
Adições	(4.335)	(3.324)
Saldo no fim do exercício	(4.343)	(2.658)

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Composição

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS (*)	13.618	18.929
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.770	1.685
Programa de Integração Social - PIS	797	366
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	4.722	4.012
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	743	203
Total	<u>23.650</u>	<u>25.195</u>
Ativo circulante	22.943	24.645
Ativo não circulante	707	550
Total	<u>23.650</u>	<u>25.195</u>

(*) A Companhia vem trabalhando para realizar a liberação de parte dos créditos de ICMS com Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Estes créditos serão utilizados para pagamentos de fornecedores. Com o encerramento do programa de incentivo chamado "Reporto" a partir de 2021 os impostos a recuperar serão consumidos através dos faturamentos correntes.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Diferidos

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízos fiscais	16.739	16.254
Base negativa de contribuição social	6.026	5.852
Provisão para não realização	(11.987)	(10.707)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.416	4.577
Provisão para perdas nos estoques	1.477	904
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	163	163
Provisão para participação nos resultados	2.394	830
Provisão para garantia e revisões	2.274	1.206
Outras	2.049	4.647
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>22.549</u>	<u>23.726</u>
Custo atribuído ao imobilizado	(509)	(598)
Diferença de critério de depreciação	(1.175)	(1.215)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(1.684)</u>	<u>(1.813)</u>
Ativo tributário diferido líquido	<u>20.865</u>	<u>21.913</u>

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pela Administração, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como provenientes de diferenças temporárias nos seguintes exercícios:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2021	863
2022	2.488
2023	3.417
2024	3.858
2025	3.858
2026 em diante	6.381
Total	<u>20.865</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios.

8.1. Conciliação das alíquotas fiscais do imposto de renda com sua taxa efetiva

Conciliação das alíquotas fiscais do imposto de renda com sua taxa efetiva

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	7.674	(53.503)
Alíquota combinada	34%	34%
Benefício de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada	(2.609)	18.191
Diferenças permanentes	(107)	(153)
Provisão para não realização (*)	53	(10.622)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(2.663)</u>	<u>7.416</u>
Correntes	(1.615)	-
Diferidos	(1.048)	7.416
Alíquotas efetivas	<u>35%</u>	<u>14%</u>

(*) efeito líquido de provisão para não realização e ajustes extemporâneas na entrega das obrigações acessórias de 2019 efetuada em setembro de 2020.

9. PARTES RELACIONADAS

9.1. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, conforme estatuto, estão apresentados a seguir:

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	<u>3.722</u>	<u>4.136</u>

9.2. Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia as operações entre partes relacionadas a preços, prazos e encargos financeiros, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício findo naquela data, relativas às operações com partes relacionadas, são detalhados a seguir:

<u>R\$</u>	2020			
	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	Vendas	Compras
Amsted Rail Brasil Equip. Ferroviários S.A.	90	15.336	26	203.844
Amsted Maxion Fundação e Equip. Ferroviários S.A.	135	11.258	3.686	99.639
Total	<u>225</u>	<u>26.594</u>	<u>3.712</u>	<u>303.483</u>
<u>R\$</u>	2019			
	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	Vendas	Compras
Amsted Rail Brasil Equip. Ferroviários S.A.	115	13.562	5	138.895
Amsted Maxion Fundação e Equip. Ferroviários S.A.	176	25.978	1.094	77.033
Total	<u>291</u>	<u>39.540</u>	<u>1.099</u>	<u>215.928</u>
<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>		
Financiamento "partes relacionadas"	<u>86.577</u>	<u>101.651</u>		

A Companhia adquire matérias-primas e componentes ferroviários (principalmente eixos, rolamentos, rodas e fundidos ferroviários) da Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. e da Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários S.A., empresa controlada pela Amsted Industries, Inc.

9.3. Contrato de serviços compartilhados (“shared services agreement”)

Em 6 de maio de 2015, a Companhia e a Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A., visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato pelo qual é regulamentado o compartilhamento da infraestrutura de gestão que compreende, entre outros, funcionários, técnicos, empreiteiros, equipamentos e materiais (estrutura administrativa), estando abrangido pelo contrato o compartilhamento das despesas dos seguintes setores corporativos: Tecnologia da Informação, Contabilidade, Tesouraria, Vendas e Marketing. As despesas que compõem esse contrato são lançadas em “Despesas gerais e administrativas”.

R\$	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Valor Shared Service	<u>2.855</u>	<u>2.034</u>

10. IMOBILIZADO

R\$	Taxa média anual de depreciação - %	2020			2019
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	5,6%	8.483	(3.590)	4.893	4.784
Máquinas e equipamentos	11,0%	56.067	(29.857)	26.210	24.801
Ferramentais	11,0%	626	(407)	219	247
Moldes	18,0%	32.496	(15.934)	16.562	17.218
Móveis e utensílios	7,0%	5.006	(2.525)	2.481	2.738
Equipamentos de computação	31,5%	5.145	(4.095)	1.050	1.258
Outras immobilizações	2,3%	130	(89)	41	3
Obras em andamento	0,0%	8.499	-	8.499	5.415
Vagões de Carga	0,0%	-	-	-	20.438
Total		<u>116.452</u>	<u>(56.497)</u>	<u>59.955</u>	<u>76.902</u>

10.1. Movimentação do custo – 2020

R\$	2019	2020			Custo de aquisição
	Custo de aquisição	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	7.581	902	-	-	8.483
Máquinas e equipamentos	50.922	5.640	(438)	(57)	56.067
Ferramentais	614	12	-	-	626
Moldes	31.051	2.266	-	(821)	32.496
Móveis e utensílios	4.850	96	(7)	67	5.006
Equipamento de computação	4.944	268	(35)	(33)	5.145
Outras immobilizações	90	41	-	-	131
Obras em andamento	5.415	12.380	-	(9.297)	8.498
Vagões de Carga (*)	21.024	-	-	(21.024)	0
Total	<u>126.491</u>	<u>21.605</u>	<u>(480)</u>	<u>(31.165)</u>	<u>116.452</u>

(*) Em janeiro de 2020 a companhia transferiu R\$21.024 do imobilizado para o estoque e realizou a venda para um cliente específico.

10.2. Movimentação da depreciação – 2020

R\$	2019	2020			Depreciação Acumulada
	Depreciação Acumulada	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	(2.797)	(793)	-	-	(3.590)
Máquinas e equipamentos	(26.121)	(4.068)	332	-	(29.857)
Ferramentais	(367)	(40)	-	-	(407)
Moldes	(13.833)	(2.101)	-	-	(15.934)
Móveis e utensílios	(2.112)	(418)	5	-	(2.525)
Equipamento de computação	(3.686)	(410)	1	-	(4.095)
Outras imobilizações	(87)	(2)	-	-	(89)
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Vagões de Carga (*)	(586)	236	-	350	-
Total	(49.589)	(7.596)	338	350	(56.497)

(*) Em janeiro de 2020 a companhia baixou R\$350 da depreciação para realizar a venda de vagões para um cliente específico com o custo residual de R\$20.674.

10.3. Movimentação do custo – 2019

R\$	2018	2019			Custo
	Custo de aquisição	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	6.777	-	(1)	805	7.581
Máquinas e equipamentos	45.680	322	(520)	5.440	50.922
Ferramentais	590	-	(1)	25	614
Moldes	27.575	-	(778)	4.254	31.051
Móveis e utensílios	4.678	-	-	172	4.850
Veículos (*)	1.110	-	-	(1.110)	-
Equipamento de computação	4.847	-	(44)	141	4.944
Outras imobilizações	89	1	-	-	90
Obras em andamento (**)	9.832	90.884	-	(95.301)	5.415
Vagões de Carga (**)	-	-	(63.440)	84.464	21.024
Total	101.178	91.207	(64.784)	(1.110)	126.491

(*) Saldo convertido para a linha de direito de uso, conforme expediente prático contido no CPC 06 (R2).

(**) Durante o ano de 2019 a companhia reverteu R\$84.464 de seus estoques para o imobilizado para realizar operações de aluguel de vagões para um cliente específico em 31 de dezembro de 2019. Deste saldo, R\$63.440 já havia sido vendido com um custo residual de R\$62.324

10.4. Movimentação da depreciação – 2019

R\$	2018	2019			Depreciação Acumulada
	Depreciação Acumulada	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	(2.001)	(797)	1	-	(2.797)
Máquinas e equipamentos	(22.882)	(3.370)	131	-	(26.121)
Ferramentais	(324)	(44)	1	-	(367)
Moldes	(11.662)	(2.715)	544	-	(13.833)
Móveis e utensílios	(1.678)	(435)	1	-	(2.112)
Veículos (*)	(606)	-	-	606	-
Equipamento de computação	(3.319)	(406)	39	-	(3.686)
Outras imobilizações	(85)	(2)	-	-	(87)
Vagões de Carga (**)	-	(1.702)	1.116	-	(586)
Total	(42.557)	(9.471)	1.833	606	(49.589)

(*) Saldo convertido para a linha de direito de uso, conforme expediente prático contido no CPC 06 (R2).

(**) Durante o ano de 2019 a companhia reverteu R\$84.464 de seus estoques para o imobilizado para realizar operações de aluguel de vagões para um cliente específico em, 31 de dezembro de 2019 deste saldo, R\$63.440 já havia sido vendido com um custo residual de R\$62.324.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes abaixo do valor recuperável, e, dessa forma, nenhuma provisão para "impairment" foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

R\$	Indexador	Taxa efetiva anual de juros - %	Última data de vencimento	2020	2019
Capital de Giro	CDI	165,00%	02/01/2020	-	704
Capital de Giro	CDI+4,19%	6,17%	10/08/2021	10.081	-
Capital de Giro	CDI+3,98%	5,96%	22/03/2022	8.006	-
Capital de Giro	CDI+4,56%	6,55%	25/02/2022	16.510	-
Capital de Giro	CDI+4,147%	6,13%	29/06/2021	10.005	-
Capital de Giro	CDI+4,079%	6,06%	10/08/2021	10.030	-
Capital de Giro	CDI+3,722025%	5,69%	08/10/2021	7.102	-
Capital de Giro	CDI+3,580653%	5,55%	27/09/2021	8.074	-
Capital de Giro	CDI+4,17%	6,15%	16/07/2021	12.339	-
Capital de Giro	CDI+4,18%	6,16%	29/07/2021	8.196	-
4131	-	9,94%	10/02/2020	-	10.376
4131	-	9,91%	20/02/2020	-	7.536
NCE	CDI +1,90%	3,84%	06/07/2021	5.013	5.040
NCE	CDI+2,29%	6,79%	12/10/2020	-	18.072
NCE	CDI+1,90%	6,38%	31/07/2020	-	5.000
NCE	139% CDI	6,17%	14/08/2020	-	15.036
NCE Banco	CDI + 3,04%	5,00%	15/07/2021	8.336	18.874
NCE Banco	CDI+2,15%	6,64%	06/08/2020	-	20.665
NCE Banco	132,75% CDI	2,53%	26/02/2021	2.487	5.040
NCE Banco	CDI + 4,18%	6,16%	26/08/2021	5.611	-
NCE Banco	154% CDI	2,94%	09/11/2020	-	10.119
NCE Banco	157% CDI	3,00%	19/11/2020	-	5.009
NCE Banco	CDI + 2,60%	4,55%	14/12/2020	-	4.009
NCE Banco	CDI+2,90%	4,43%	10/08/2020	-	10.460
Cessão de Crédito	-	7,04%	20/01/2020	-	17.860
FINAME	6,05%	6,05%	15/10/2023	730	1.609
FINAME	11,00%	11,00%	15/12/2022	420	-
FINAME	6,65%	6,65%	15/12/2023	446	595
FINAME	5,10%	5,10%	15/12/2024	962	-
Financiamento "partes relacionadas"	CDI	5,96%	10/02/2020	-	95.699
Financiamento "partes relacionadas"	CDI	6,40%	10/02/2020	-	5.952
Financiamento "partes relacionadas"	110% - CDI	110,00%	30/01/2021	86.577	-
Total				<u>200.925</u>	<u>257.655</u>
Passivo circulante				193.725	240.359
Passivo não circulante				7.200	17.296
Total				<u>200.925</u>	<u>257.655</u>

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

R\$	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro	257.655	99.936
Captações	209.566	257.344
Provisão de juros	10.006	11.060
Amortização do principal	(262.685)	(103.771)
Pagamento de juros	(13.276)	(7.157)
Transferência para o passivo de arrendamento	-	(536)
Varição cambial na conversão	(341)	779
Saldo em 31 de dezembro	<u>200.925</u>	<u>257.655</u>

12. FORNECEDORES

R\$	2020	2019
No País	68.397	32.043
Partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	26.594	39.540
Total	<u>94.991</u>	<u>71.583</u>

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Encargos sociais	4.119	5.488
Provisão para férias	9.490	3.182
Participação nos resultados	7.041	2.442
Outros	40	140
Total	<u>20.690</u>	<u>11.252</u>

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas, entre outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, em análise das demandas judiciais pendentes e em ações trabalhistas, com base em experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Processos trabalhistas	7.335	10.752
Processos tributários federal	2.486	2.486
Processos cível	225	225
Total	<u>10.046</u>	<u>13.463</u>

Movimentação durante o exercício

<u>R\$</u>	<u>Saldo em 2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 2020</u>
Processos trabalhistas	10.752	4.930	716	(9.063)	7.335
Processos tributários federal	2.486	-	-	-	2.486
Processos cível	225	-	-	-	225
Total	<u>13.463</u>	<u>4.930</u>	<u>716</u>	<u>(9.063)</u>	<u>10.046</u>

<u>R\$</u>	<u>Saldo em 2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 2019</u>
Processos trabalhistas	9.622	5.642	627	(5.139)	10.752
Processos tributários federal	1.754	732	-	-	2.486
Processos cível	-	431	-	(206)	225
Total	<u>11.376</u>	<u>6.805</u>	<u>627</u>	<u>(5.345)</u>	<u>13.463</u>

A seguir, uma breve descrição dos processos em que a Companhia figura como parte, de acordo com sua natureza:

Reclamações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figurava como parte em 554 processos trabalhistas (em 2019 foram 622). Os principais temas abordados nesses processos versam sobre doenças ocupacionais, acidentes, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, equiparações salariais e verbas rescisórias, entre outros, não existindo processos de valor individualmente relevante.

O montante total discutido é de R\$86.475 (R\$100.690 em 2019), para o qual a provisão no valor de R\$7.335 (R\$10.752 em 2019) foi constituída com base em informações históricas representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável. Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco remoto, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização nem sua divulgação.

Riscos possíveis

A Companhia possui diversas ações tributárias e cíveis em andamento, cujos prognósticos de perda, conforme estimativas da Companhia e de seus consultores jurídicos, são considerados possíveis, razão pela qual não requerem o registro de provisões.

Em 31 de dezembro de 2020, as ações tributárias somavam R\$2.486 (R\$2.486 em 31 de dezembro de 2019), as ações cíveis somavam R\$225 (R\$225 em 31 de dezembro de 2019).

Depósitos judiciais recursais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$9.596 (R\$8.928 em 31 de dezembro de 2019) é representado por depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas, tributários e cíveis. Tais depósitos, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$87.707 em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

	País	Número de ações	% de participação	Total R\$
Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	Brasil	19.330.272	40,0%	19.330
Greenbrier do Brasil Participações Ltda.	Brasil	28.995.406	60,0%	68.377
Total		<u>48.325.678</u>	<u>100,0%</u>	<u>87.707</u>

15.2. Ajuste de avaliação patrimonial

Constituído em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante e estão sendo realizados por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

15.3. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e na respectiva quantidade média de ações em circulação, conforme o quadro a seguir:

R\$	2020	2019
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	<u>5.011</u>	<u>(46.087)</u>
Quantidade média ponderada de ações	<u>48.326</u>	<u>48.326</u>
Lucro (prejuízo) do exercício por ação - básico e diluído - R\$	<u><u>0,10369</u></u>	<u><u>(0,95368)</u></u>

A Companhia não possui instrumentos dilutivos e, por isso, o lucro (prejuízo) por ação básica é igual ao diluído.

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita bruta de vendas:		
Vendas de produtos	719.093	411.077
Vendas de serviços	13.063	37.836
Deduções:		
Impostos sobre as vendas e serviços	(31.962)	(20.268)
Devoluções e cancelamentos do exercício	(12.658)	(10.322)
Receita líquida de vendas	<u>687.536</u>	<u>418.323</u>

Parte substancial das vendas da Companhia são praticadas nas modalidades do “incoterms” conhecidas como “Freight On Board - FOB” na qual a Companhia é responsável por disponibilizar a mercadoria para retirada em seu site e o cliente retém a responsabilidade total da coleta (tanto financeiramente, quanto em termos de salvaguarda do bem). Nesse momento, se dá a transferência de controle do produto ao cliente, e, conseqüentemente, o momento de reconhecimento da receita.

17. RESULTADO FINANCEIRO

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos e juros ativos	2.951	996
Total	<u>2.951</u>	<u>996</u>

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas financeiras:		
Juros e encargos financeiros	(11.501)	(11.898)
Juros sobre passivos de arrendamento	(2.711)	(838)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(85)	(157)
Outras	(2)	(390)
Total	<u>(14.299)</u>	<u>(13.283)</u>

18. VARIAÇÃO CAMBIAL, LÍQUIDA

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Varição cambial ativa sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira	6.471	7.938
Varição cambial passiva sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira	(6.036)	(8.754)
Total	<u>435</u>	<u>(816)</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Matéria-prima	(421.037)	(236.239)
Salários, encargos e benefícios	(140.445)	(137.598)
Materiais e manutenção	(23.458)	(19.612)
Depreciação	(8.619)	(9.471)
Serviços prestados por terceiros	(9.934)	(9.542)
Fretes	(18.803)	(7.769)
Amortização de direito de uso	(10.712)	(7.093)
Garantia	(3.497)	(4.391)
Energia elétrica	(2.578)	(2.673)
Locomoção e comunicação	(1.426)	(2.328)
Comissões	(1.259)	(566)
Outros custos	(19.130)	(13.273)
Total	<u>(660.898)</u>	<u>(450.555)</u>

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(615.833)	(417.661)
Despesas com vendas	(26.469)	(14.519)
Despesas gerais e administrativas	(14.874)	(14.239)
Honorários da Administração	(3.722)	(4.136)
Total	<u>(660.898)</u>	<u>(450.555)</u>

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outras receitas:		
Convenio de Cooperação Técnica	303	303
Outros	-	94
Sub-Total	<u>303</u>	<u>397</u>

<u>R\$</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outras despesas:		
Contingências e custos judiciais	(5.284)	(7.001)
Projeto Formare (Fundação Iochpe)	(113)	(192)
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	(421)	(371)
Impostos federais e estaduais	(72)	(69)
Contribuição para associação de classe	(155)	(219)
Auditoria	(191)	(169)
Outras	(2.118)	(544)
Sub-Total	<u>(8.354)</u>	<u>(8.565)</u>
Total de outras despesas operacionais, líquidas	<u>(8.051)</u>	<u>(8.168)</u>

21. DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

R\$	2020	2019
<u>Ativo por direito de uso</u>		
Saldo em 01/01/2020	28.111	34.781
Adições	52.289	552
Baixas	-	(129)
Saldo de depreciação do período	(15.766)	(7.093)
Saldo em 31/12/2020	<u>64.634</u>	<u>28.111</u>
R\$		
<u>Passivo por arrendamentos</u>		
Saldo em 01/01/2020	28.095	34.813
Adições	52.609	-
Pagamentos principal	(17.399)	(7.719)
Pagamento de juros	(411)	(488)
Juros apropriados	2.711	1.489
Saldo em 31/12/2020	<u>65.606</u>	<u>28.095</u>
<u>Cronograma de pagamentos</u>		
2021	13.813	
2022	14.008	
2023	14.753	
2024	14.035	
2025	10.073	
Total	<u>66.683</u>	

22. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

22.1. Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle interno, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é também aprovada pelo Conselho de Administração da lochpe-Maxion S.A., sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger (câmbio). A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco. Os resultados obtidos dessas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

22.2. Classificação dos instrumentos financeiros - por categoria

<u>R\$</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativos financeiros (Custo amortizado)			
Caixa e equivalentes de caixa	4	81.564	70.970
Contas a receber de clientes (incluem partes relacionadas)	5	125.303	9.009
Depósitos judiciais	14	9.596	8.928
Outros Créditos		12.393	2.455
Total		<u>228.856</u>	<u>91.362</u>
<u>R\$</u>		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Passivos financeiros (Custo amortizado)			
Empréstimos e financiamentos	11	200.925	257.655
Fornecedores (incluem partes relacionadas)	12	94.991	71.583
Passivos de arrendamento	21	65.606	28.095
Outras Obrigações		13.129	9.049
Sub-Total		<u>374.651</u>	<u>366.382</u>

22.3. Valores justos

A Companhia aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - outras informações, exceto aquelas incluídas no Nível 1, pelas quais os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços) em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado ou substancialmente quanto à integralidade dos termos dos ativos ou passivos.
- Nível 3 - informações disponíveis em virtude de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que não são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa ou agência reguladora, entre outros, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais; sendo assim, o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados no encerramento de cada exercício, estando incluído no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativo de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

No caso da Companhia, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas-correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos de mercado.

Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado no qual a Companhia está inserida e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem fornecidas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Caso as informações sejam oriundas de dados internos da Companhia, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía instrumentos financeiros avaliados a valores justos.

22.4. Gestão de riscos financeiros

As operações da Companhia estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

22.4.1. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

As receitas, quase em sua totalidade, são distribuídas entre as operadoras logísticas ferroviárias e mineradoras. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, e não há diferenças entre o valor justo e contábil dessas provisões (vide valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa na nota explicativa nº 5).

Adicionalmente, uma parcela significativa de suas compras é feita com partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

22.4.2. Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Por meio de sua política de gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

R\$	2020		2019	
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Empréstimos e financiamentos	193.725	7.200	240.359	17.296
Fornecedores (incluem partes relacionadas)	94.991	-	71.583	-
Passivos de arrendamento	12.395	53.211	7.033	21.062
Outras obrigações	12.949	180	8.552	497
Total	314.060	60.591	327.527	38.855

22.4.3. Risco de flutuação nos preços de siderúrgicos

Uma parcela significativa das operações da Companhia depende da capacidade de adquirir siderúrgicos a preços competitivos. Caso o preço da matéria prima tenha um acréscimo significativo e a Companhia não consiga repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensar esse aumento, a margem operacional será reduzida.

Atualmente a Companhia trabalha para firmar acordos de longo prazo junto aos fornecedores e clientes, para que a exposição a variação apresente o menor impacto possível.

22.4.4. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

R\$	2020		2019	
	Indexador	R\$	Indexador	R\$
Aplicações Financeiras	CDI	81.327	CDI	286
Empréstimos e financiamentos - (inclui intercompany)	CDI	198.367	CDI	213.727

22.4.5. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, estão expostos às variações de valor justo em decorrência da flutuação de taxas de juros (CDI). As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou como risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos a taxa de juros (CDI).

(ii) Seleção dos cenários

Os cenários possíveis e remotos consideram variações de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros CDI em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2020:

R\$	Cenários		
	Provável	Possível -25%	Remoto -50%
<u>Aplicações financeiras - CDI</u>			
CDI em 31 de dezembro de 2020	2,68%	2,01%	1,34%
Saldo contábil considerando a receita financeira estimada	2.178	1.633	1.089
Efeito - perda	-	(545)	(1.089)

R\$	Cenários		
	Provável	Possível +25%	Remoto +50%
<u>Empréstimos e financiamentos - CDI</u>			
CDI em 31 de dezembro de 2020	5,10%	6,38%	7,65%
Saldo contábil considerando a despesa financeira estimada	10.120	12.656	15.175
Efeito - perda	-	(2.536)	(5.055)

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não considerou por não haver saldo no exercício.

22.4.6. Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A Companhia não possui transações em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2020.

23. GESTÃO DE CAPITAL

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida em relação ao capital no encerramento de cada exercício é apresentada a seguir:

R\$	2020	2019
Total de empréstimos e financiamentos (incluem passivos de arrendamento)	266.531	285.750
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(81.564)	(70.970)
Dívida líquida	<u>184.967</u>	<u>214.780</u>
Total do patrimônio líquido	44.193	39.181
Relação do patrimônio líquido sobre a dívida líquida	<u>23,9%</u>	<u>18,2%</u>

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em conta a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores de 31 de dezembro é demonstrada:

R\$	2020	2019
Lucros cessantes	171.998	165.143
Seguro predial	167.781	180.390
Danos materiais	140.359	130.301
Seguro D&O	34.548	35.280
Seguro locatício	6.737	5.171
Responsabilidade civil	13.600	13.600
Total	535.023	529.885

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as seguintes transações foram executadas que não envolveram caixa:

- Em 2020 a adição de R\$20.674 no estoque proveniente do ativo de vagões de carga para fins de faturamento os quais foram vendidos em janeiro.
- Em 2019 houve a transferência do “leasing” financeiro de veículos para a linha de direito de uso no montante de R\$536 conforme expediente prático do CPC 06 (R2).
- Em 2019 a adição de R\$84.464 no ativo imobilizado proveniente dos estoques de vagões de carga para fins de locação. Dos quais R\$62.324 já havia sido vendidos e automaticamente transferidos para Custos dos produtos vendidos.

26. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão e divulgação em reunião da Diretoria da Companhia realizada em 23 de março de 2021.